

Recensão: GUERREIRO, Maria de Lurdes Ribeiro Fernandes - *A Biblioteca Pública e o conhecimento universal: elementos para um estudo e implementação de competências biblioinclusivas*. Almada: Augusto Deodato Guerreiro; EDLARS - Educomunicação e Vida, 2020. ISBN 978-989-33-1173-8.

Review: GUERREIRO, Maria de Lurdes Ribeiro Fernandes - *A Biblioteca Pública e o conhecimento universal: elementos para um estudo e Implementação de competências biblioinclusivas*. Almada: Augusto Deodato Guerreiro; EDLARS - Educomunicação e Vida, 2020. ISBN 978-989-33-1173-8.

Armando Malheiro da Silva

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag16r1>

Em plena Era Digital e largas dezenas de anos passadas sobre a aprovação pela Assembleia Geral da ONU da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948), a temática da equidade no acesso e fruição da informação, seja qual for o código em que estiver plasmada, por qualquer cidadão com ou sem deficiência sensorial, é de saudar em todo e qualquer estudo que inventarie, recolha elementos esquecidos ou ignorados, ouse traçar uma geografia exaustiva dos serviços criados para possibilitar a instrução e cultura global dos cegos. Só por ousar este desiderato (não obstante ficou omissa no título a palavra biblio-inclusão, surgida apenas como adjetivo no subtítulo), o estudo de Maria de Lurdes Guerreiro, elaborado no âmbito de uma dissertação de mestrado, merece aplauso. E mais do que isto: serve de pretexto para que reflitamos sobre o papel das bibliotecas no presente e, sobretudo, no futuro. Mas antes de relevar esta problemática vale a pena apresentar a estrutura do trabalho, essencial para compreendermos genericamente a importância e a pertinência do respetivo conteúdo.

A obra abre com uma introdução e fecha com *Reflexões e considerações finais*, seguidas pelas inevitáveis referências bibliográficas e por “Apêndices e Anexos”. Um apêndice, *Serviços/estabelecimentos com investigação e desenvolvimento, produção e/ou utilização de documentos para leitura especial em Portugal*, e três anexos: I- *Conferência Nacional o Som e a Informação (Resoluções/Recomendações sob a presidência do Professor Doutor J. A. Bragança de Miranda)*; II- *Os Deficientes visuais e a leitura*; III - *Repositório Nacional de objetos em formatos alternativos (RNOFA)*. A conclusão do livro surge em forma de capítulo, o que não é formalmente habitual, mas é de leitura imprescindível, porque aí é sintetizada a situação que se mantém de fraco cumprimento das recomendações e desiderato do “Manifesto”, não obstante os esforços feitos, nomeadamente pela UNESCO, para uma alteração da situação iníqua vigente. E a fechar o capítulo refere: “Procuramos entender e viver, conviver e valorizar a diversidade e, na diversidade, procurando igualmente entender e viver, conviver e promover a equidade, tendo por base, como suporte social e intelectual, ético e cívico, de justiça e paz em fraternidade, igualdade e liberdade, para sermos capazes de caminhar rumo a um desejável e verdadeiro alcance humano da vida em dignidade, onde, nessa caminhada, que se pretende natural, consigamos nunca parar de contribuir e irmos encontrando a inclusão em equidade a acontecer na universalização do conhecimento. É esta a nossa forma de luta pela inclusão em equidade,

e onde, nesta perspectiva, também a Biblioteca Pública poderá assumir uma função singularmente determinante e revolucionariamente inovadora!” (p. 136), Expressa um desejo compreensível e louvável, que faz todo o sentido como epílogo de uma pesquisa com dois propósitos claros: recensar e historiar iniciativas e instituições culturais que se colocaram assumidamente ao serviço de cegos e de pessoas de baixa visão; e propor medidas constituintes de uma política global que efetive a equidade e a reparação de uma persistente injustiça cometida contra os que, por fatalidade do destino, nascem e vivem na margem da alegada vida normal, por serem portadores de uma diferença que estigmatiza, marginaliza e condena a uma sobrevivência penosa.

Percebe-se, pois, o desejo, mas talvez haja nele uma dose excessiva de otimismo, na medida em que o papel da Biblioteca Pública hoje está a ser fortemente reduzido pelo “império das plataformas digitais” que se expande, não é dia a dia, mas minuto a minuto... E a Autora mostra ter uma percepção clara disto mesmo por recorrer no enquadramento teórico do seu trabalho ao conceito de comunicação e à ênfase posta nesta dimensão como modo incontornável de enfrentar a problemática da exclusão. A instituição cultural criada na Modernidade, sob a égide do racionalismo das Luzes e o nacionalismo romântico, com a missão de instruir e conferir liberdade/autonomia plena aos cidadãos, não é hoje o instrumento único para garantir uma cidadania forte e profundamente literacizada. No ciberespaço, no espaço de fluxos ou na infoesfera, a dinâmica infocomunicacional, que não cessa de crescer e de se expandir, tem de dar resposta a todos quantos são marcados pela diferença, merecem e exigem ser iguais a todos os outros.

Neste sentido, entende-se que a pesquisa levada a cabo por Maria de Lurdes Guerreiro deve ser prosseguida e aprofundada num plano em que terá de ser enfrentada a realidade em que estamos imersos: um Mundo em mudança em que o acesso à informação/conhecimento exige processos de comunicação em equidade digital, ou seja, a inclusão tecnológica tem de acompanhar rapidamente as políticas de inclusão social e das incapacidades físicas. Este imperativo obriga desde já que nos centremos na definição que usamos de informação, como meio operativo de definir o campo ou objeto da Ciência da Informação, e tiremos daí algumas consequências importantes. A definição operativa que usamos é: informação é um conjunto estruturado de representações racionais e emocionais codificadas, modeladas socialmente, passíveis de serem registadas num qualquer suporte e comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.

Primeira ilação: o facto de a informação se reportar a representações cognitivas e emocionais do Homo Sapiens que são codificadas delimita, por um lado, o fenómeno a que se reporta – estritamente humano e social; e, por outro, que a codificação ou uso de sinais e símbolos criados coletivamente pelos humanos obriga a que a maneira única de a informação ser partilhada por todos e a de se tornar acessível a todos é pelo manejo de cada código, que não é apenas linguístico, é numérico, é geométrico, é cromático, é gestual, é braille, etc. Sendo, assim, a possibilidade de todas as crianças desde o pré-escolar poderem aprender LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais = Língua Gestual) e braille teria de ser natural não apenas para surdos e cegos, mas para todos. Esta exigência tem um impacto educativo e psicológico previsível: dotar os que veem e ouvem a usar a língua dos que não possuem ativos esses sentidos, o que aproxima no quotidiano e de forma muito mais imediata e menos preconceituosa uns e outros.

Outra ilação é que a informação/conhecimento já saiu há umas décadas do papel e do espaço biblioteconómico e é acessível através de dispositivos especiais aos que não têm

visão ou audição. No entanto, esses dispositivos não podem ser estranhos aos outros cidadãos e nesta linha vale a pena trazer à colação o caso do Musibraille, plataforma para aprendizagem e prática musical de uso pelos cegos e não cegos. Este é um caminho claro e inovador de garantir uma maior e efetiva inclusão em equidade.

Delimitar o conceito operatório de informação com vista a precisar-se um objeto de estudo científico implica, inevitavelmente, convocar um conceito diferente, mas complementar que é o de comunicação. E, por isso, apesar de a Autora não ter usado esta via epistemológica, é de realçar a ênfase posta nesta dimensão. Implicitamente a proposta de competências elencadas nesta obra remete para um profissional que pode e deve ser sintético – o profissional da infocomunicação ou, melhor ainda, da e-infocomunicação (2014), desdobrando-se por eletrónico o prefixo. Melhor dizendo: infocomunicação em plataformas digitais de acesso e uso por todos.

Pensamos que a publicação da pesquisa feita em âmbito de Mestrado tem a extrema utilidade de nos permitir levar o mais além possível a reflexão sobre o que falta fazer em torno da *biblioinclusão* e assumir que o desafio está hoje posto na *infocominclusão*.

Referencias bibliográficas

E-INFOCOMUNICAÇÃO

2014 *E-Infocomunicação: estratégias e aplicações*. Org. Brasilina Passarelli, Armando Malheiro da Silva, Fernando Ramos. São Paulo : Editora SENAC, 2014.

Armando Malheiro da Silva | malheiro@letras.up.pt

Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal